

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.600.439 - SC (2016/0133066-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**RECORRENTE** : **GLADIS BRESOLIN**  
**ADVOGADO** : **GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN E OUTRO(S) - SC018200**  
**RECORRIDO** : **OS MESMOS**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por GLADIS BRESOLIN, fundamentado na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"APOSENTADORIA POR IDADE. CONTAGEM RECÍPROCA. APROVEITAMENTO DE ACRÉSCIMO DE TEMPO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. PERÍODO EM GOZO DE BENEFÍCIO. CÔMPUTO. ATIVIDADES CONCOMITANTES. MESMA PROFISSÃO. SOMA DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. REVISÃO.

1. Para a concessão de aposentadoria por idade urbana devem ser preenchidos dois requisitos: a) idade mínima (65 anos para o homem e 60 anos para a mulher) e b) carência - recolhimento mínimo de contribuições (sessenta na vigência da CLPS/1984 ou no regime da LBPS, de acordo com a tabela do art. 142 da Lei nº 8.213/1991).
2. Não é admitido o cômputo de acréscimo de tempo de serviço resultante da conversão de tempo especial em tempo comum para fins de contagem recíproca de tempo de serviço.
3. O período em que o segurado esteve em gozo de auxílio-doença deve ser computado para efeito de carência, desde que intercalado com períodos contributivos.
4. A norma do art. 32 da Lei nº 8.213/1991, quando utiliza a expressão 'atividades concomitantes' faz referência a profissões distintas e não a mera duplicidade de vínculos, não se aplicando no caso de exercício concomitante de dois cargos de professor, em que o salário-de-benefício da aposentadoria deve ser calculado mediante a soma dos salários-de-contribuição.
5. A comprovação de remuneração recebida pelo segurado em valor diferente daquele registrado no CNIS autoriza a revisão do cálculo da renda mensal benefício independentemente de ter havido o pagamento das contribuições previdenciárias" (fl. 225e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, violação ao art. 55, § 3º, da Lei 8.213/91 e Decreto 53.831/64, mantido pelo Decreto nº 83.080/79, e pelos Decretos nº 357/1991, nº 611/92 e seguintes, até o de nº 3.048/99. Para tanto, sustenta que:

Na sentença de primeiro grau a Autora obteve êxito em todos os seus pedidos, eis que a sentença foi de total procedência.

Após apelação interposta pelo INSS, houve reforma da sentença quanto ao cômputo de tempo especial, consoante:

(...)

Todavia, data maxima venia, impõe-se a reforma da R. Sentença, eis que restará demonstrada o direito da Autora em ter computado como tempo especial os períodos laborados como professora até a edição da Lei 9.032/95 de 28 de abril de 1995, pelas razões que seguem:

## II – DO CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO ESPECIAL

O presente recurso especial tem seu cabimento baseado na CF/88 assim como nas regras previstas no NCPC, posto que existe no caso concreto divergência jurisprudencial entre o julgado do TRF com os julgados dessa Nobre Corte.

Além disso, **a decisão fere expressamente a redação de Lei Federal, a saber 8.213/91, art. 57, § 3º, em sua redação vigente até 1995, advento da Lei 9.032/95.**

Portanto, para que se uniformize o direito aplicado a espécie, indispensável se faz o pronunciamento deste Tribunal Superior.

## III - DA NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO DO JULGADO A QUO DO DIREITO AO COMPUTO DE TEMPO ESPECIAL ATÉ 1995

A Lei 8.213/91 até o advento da norma 9.032/95, assim dispunha em seu art. 57, § 3º:

Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta lei, ao segurado que tiver trabalhado durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme a atividade profissional, sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.(...) § 3º O tempo de serviço exercido alternadamente em atividade comum e em atividade profissional sob condições especiais que sejam ou venham a ser consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física será somado, após a respectiva conversão, segundo critérios de equivalência estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, para efeito de qualquer

benefício.

Como se sabe ainda, a **atividade de magistério encontra-se prevista como atividade especial no Decreto nº 53.831/64, tendo sido mantido pelo Decreto nº 83.080/79, e pelos Decretos nº 357/1991, nº 611/92 e seguintes, até o de nº 3.048/99.**

No presente caso a Autora laborou como professora, conforme:

11/06/74 a 30/09/87 Professora Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

28/08/1990 a 31/03/1998 Professora Governo do Estado do Espírito Santo

31/01/1995 a 26/02/1998 e de 26/02/2000 a 21/05/2002 Prefeitura Municipal da Serra/ES.

**Vale ressaltar, portanto, que conforme Lei federal, ao menos o período até 1995 deve ser considerado como especial, com direito a conversão, por expressa previsão na norma aplicável.**

**Os tribunais pátrios têm decidido pela especialidade do tempo de contribuição como professor e lhe garantido, inclusive, a possibilidade de conversão com o adicional de 20% (para mulheres) quando da sua soma para o tempo comum, como podemos observar em diversas decisões entre elas:**

(...)

**Portanto, requer-se o direito de aplicação da lei vigente no momento do trabalho exercido, e assim, que se garanta a conversão de tempo especial no caso concreto ao menos até 28/04/1995, data do advento da Lei 9.032.**

#### IV – REQUERIMENTOS

Comprovada a divergência de interpretação e a negativa de cumprimento de Lei Federal no presente caso, em especial ao art. 57, § 3º da LEI 8213/91, em sua redação vigente no momento do trabalho prestado de professora, até 28/04/1995, se faz indispensável o conhecimento bem como o julgamento procedente do presente Recurso Especial, tendo em vista que o Acórdão combatido, por reformar o acórdão a quo, que contrariou a jurisprudência desse nobre Tribunal Superior e negou vigência ao artigo mencionado" (fls. 403/409/e).

Por fim, "requer-se inicialmente, como se trata de caso com jurisprudência pacífica nessa casa, em conformidade com o art. 993, V no NCPC, que o Nobre Relator de

provimento ao recurso monocraticamente. Caso esse não seja o entendimento de V. Exa, requer aos Eminentíssimos Julgadores que seja dado provimento ao presente recurso especial, para reformar o Acórdão do TRF da 4ª Região e condenar o INSS: Reconhecer como tempo especial os períodos de 11/06/74 a 30/09/87; 28/08/1990 a 31/03/1998; 31/01/1995 a 28/04/1995 – atividade de professora com direito a conversão com base na lei vigente à época do trabalho prestado, e, portanto, condenar o INSS a proceder à devida conversão em tempo comum (fator de conversão de 1,2)" (fl.409e).

Sem contrarrazões, o Recurso Especial foi admitido na origem (fl.437e).

A irresignação não merece conhecimento.

Com efeito, a Corte de origem, ao analisar a controvérsia, asseverou que:

GLADIS BRESOLIN ajuizou ação ordinária contra o Instituto Nacional do Seguro Social, em 24/01/2011, objetivando a concessão do benefício de aposentadoria urbana por idade, sob o argumento de que adimpliu todos os requisitos para a sua jubilação, desde a data do primeiro requerimento administrativo, formulado em 21/10/2009. Subsidiariamente, postulou a revisão da RMI do benefício concedido em 08/06/2010. Em ambos os casos, pediu que fossem considerados para o cálculo da RMI: a) como salário-de-contribuição nos meses de abril de 1995 a março de 1998 o valor limitado ao teto, nos meses de julho e novembro de 1994 o valor de R\$ 338,11, no mês de dezembro de 1994 o valor de R\$ 390,74, no mês de janeiro de 1995 o valor de R\$ 450,81 e no mês de março de 1998 o valor de R\$ 562,68; b) o tempo de contribuição relativo aos períodos de auxílio-doença (de 01/06/2006 a 30/11/2006, de 30/11/2006 a 31/01/2007 e de 18/05/2007 a 30/09/2007); e c) o acréscimo de 20% referente ao reconhecimento da atividade especial de professora.

Sentenciando em 09/08/2011, o MM. Juízo a quo julgou procedente o pedido, reconhecendo a especialidade das atividades exercidas pela autora nos lapsos de 11/06/1974 a 30/09/1987, de 21/06/1990 a 31/03/1998 e de 30/01/1995 a 21/05/2002, determinando o desconto das licenças sem vencimentos e a conversão para tempo de serviço comum, bem como o tempo de contribuição relativo aos períodos em que esteve em gozo de auxílio-doença. Por conseguinte, determinou a implantação da aposentadoria por idade, com o pagamento das parcelas vencidas desde a data do primeiro requerimento administrativo (21/10/2009), considerando como salário-de-contribuição nos meses de abril de 1995 a março de 1998 o valor limitado ao teto, nos meses de julho e novembro de 1994 o valor de R\$ 338,11, no mês de dezembro de 1994

o valor de R\$ 390,74, no mês de janeiro de 1995 o valor de R\$ 450,81 e no mês de março de 1998 o valor de R\$ 562,68, descontados os valores já pagos no benefício deferido em 08/06/2010. Por fim, fixou a atualização de acordo com a redação dada pela Lei n.º 11.960/09 ao art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97 e condenou o INSS ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação.

Irresignado, **o INSS interpôs recurso de apelação sustentando**, inicialmente, a impossibilidade de se somar os salários-de-contribuição no período em que a autora exerceu atividade concomitante. Insurge-se também contra a condenação no que diz respeito à retificação do cálculo da RMI com a utilização dos valores correspondentes ao total de vantagens recebidas em detrimento do salário-de-contribuição informado pela empresa no CNIS. **Refere ainda ser irrelevante a conversão de tempo especial para comum, já que devem ser considerados como carência os efetivos recolhimentos, aduzindo não ser possível a conversão, da atividade de professor, para comum, posteriormente a 09/07/81.**

Com contrarrazões e por força do reexame necessário, vieram os autos a esta Egrégia Corte para apreciação.

É o relatório.

(...)

No caso em apreço, a parte autora completou a idade mínima para a obtenção da aposentadoria por idade em 20/10/2009, pois nasceu em 20/10/1949 (evento 1/2), devendo, de acordo com a tabela do artigo 142 da Lei n.º 8.213/91, comprovar o recolhimento, até o ano do implemento do requisito etário, de, no mínimo, 168 contribuições.

Quando requereu o benefício, em 21/10/2009, o INSS reconheceu apenas 142 contribuições para fins de carência (evento 1/17).

Nesta corte, instado a se manifestar quanto ao tempo de serviço reconhecido administrativamente em favor da autora, **o INSS trouxe aos autos demonstrativo de tempo de contribuição, no qual consta que, até 31/12/2006, foram reconhecidos 24 anos, 02 meses e 19 dias de tempo de serviço, o que equivale a um período de carência e de contribuições de 288 (comprovante de tempo de serviço do evento 8).**

Não obstante, na inicial a parte autora pugna pelo reconhecimento dos períodos em que esteve em gozo de auxílio-doença, nos lapsos de 01/06/2006 a 30/10/2006, de 30/11/2006 a 31/01/2007 e de 18/05/2007 a 30/09/2007. Considerando que a Autarquia Previdenciária já

contabilizou os interregnos de 01/06/2006 a 30/10/2006 e de 30/11/2006 a 31/12/2006 como tempo em benefício, falta analisar os períodos de 01/01/2007 a 31/01/2007 e de 18/05/2007 a 30/09/2007.

**O art. 55, inciso II, da Lei n.º 8.213/91, determina que integra o tempo de serviço do segurado o tempo intercalado em que esteve em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez.** Esse também é o entendimento desta Corte, senão vejamos:

Assim, os lapsos de 01/01/2007 a 31/01/2007 e de 18/05/2007 a 30/09/2007 (CNIS - evento 1/7), que corresponde a 05 meses e 14 dias, ou seja, o equivalente a 05 contribuições, deve ser considerado para efeitos de carência.

No que tange à questão, em que pese seja o período de carência correspondente ao número mínimo de contribuições para o benefício (art. 24 da Lei n.º 8.213/91), percebe-se do art. 29, §5º, da Lei n.º 8.213/91, a possibilidade de considerar o tempo de gozo do auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez para efeito de carência. Trata-se de afastamento involuntário do trabalho, sendo reconhecido o equivalente período como de trabalho e de carência. O referido dispositivo assim dispõe:

(...)

Assim, na 1ª DER, em 21/10/2009, a autora já havia vertido para a Previdência Social 293 contribuições, número este superior à carência mínima do art. 142 da LBPS, o que lhe garante a concessão da aposentadoria por idade desde aquela data.

Desse modo, deve ser mantida a sentença no ponto.

#### **DAS ATIVIDADES CONCOMITANTES**

**Da análise da sentença, verifica-se que foi determinado o somatório dos salários-de-contribuição das atividades concomitantes exercidas pela autora perante o Governo do Estado do Espírito Santo e a Prefeitura Municipal da Serra.**

Tenho que **assiste razão ao INSS no ponto**, eis que dispõe o art. 32 da Lei 8.213/91:

(...)

Como se vê, a norma prevê sistemática específica para consideração das remunerações quando houver desempenho de atividades concomitantes, e o segurado não tiver implementado as condições para aposentadoria em ambas atividades.

A discussão no presente feito diz respeito à forma de aplicação do dispositivo em apreço.

E nesse sentido **este Tribunal tem entendido que, em**

**interpretação pró-segurado, deve ser considerada como principal a atividade que apresente o maior salário-de-benefício, face à ausência de disposições legais em sentido contrário.**

Segue precedente desta Corte:

(...)

No caso em tela, **deverão ser considerados os maiores salários-de-contribuição, acrescidos de um percentual dos demais, na forma definida no referido artigo.**

Cumprir observar que, **em se tratando de contagem recíproca de tempo de serviço, deve-se submeter às regras do artigo 96 e seguintes da Lei 8.213/91, no que pertinentes:**

(...)

Assim, **merece reforma em parte a sentença.**

DA PRETENSÃO DE CONTAGEM PRIVILEGIADA DOS PERÍODOS LABORADOS JUNTO AO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, AO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E AO MUNICÍPIO DE SERRA/ES

Em discussão a possibilidade de cômputo privilegiado dos períodos de 11/06/1974 a 30/09/1987, de 21/06/1990 a 31/03/1998 e de 30/01/1995 a 21/05/2002, em que a autora trabalhou como professora junto ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Governo do Estado do Espírito Santo e Prefeitura Municipal da Serra/ES (evento 1/11, 12 e 13).

**A atividade de professor era tratada como especial pelo Decreto nº 53.831/64 (item 2.1.4 do Quadro Anexo). Ocorre que, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 18/81, os critérios para a aposentadoria especial dos professores passaram a ser fixados pela própria Constituição Federal, acabando por revogar, assim, as disposições do Decreto nº 53.831/64. Gize-se, não houve alteração nesse panorama com o advento do Decreto nº 611/92, que em seu artigo 292 previu: 'Para efeito de concessão das aposentadorias especiais serão considerados os Anexos I e II do Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 83.080, de 24 de janeiro de 1979, e o Anexo do Decreto nº 53.831, de 25 de março de 1964, até que seja promulgada a lei que disporá sobre as atividades prejudiciais à saúde e à integridade física'. Isso porque, quanto à atividade de professor relativamente à concessão de aposentadoria especial, deve**

**prevalecer o preceito constitucional, de superior hierarquia,** não havendo de se falar em reprimenda no tópico.

Na vigência da Emenda Constitucional n.º 18/81 e nas alterações constitucionais posteriores, **a atividade de professor possui tempo diferenciado de aposentadoria, que não se confunde mais, porém, com a atividade especial/insalubre.** A atual Constituição Federal não modificou esse quadro, exigindo, seja na redação original, seja com as modificações da EC n.º 20/98, 30/25 anos para a aposentadoria de professor, a serem integralmente cumpridos nessa condição, **restando como impossível a sua conversão para atividade comum (art. 201, 7º, I e 8º)**

Sendo assim, como o enquadramento das atividades por insalubridade (agentes nocivos), penosidade ou periculosidade, deve ser feito conforme a legislação vigente à época da prestação laboral, mediante os meios de prova legalmente então exigidos, é possível, **em tese, reconhecer aos segurados a atividade especial de professor apenas até 08/07/1981, em face da publicação da Emenda Constitucional n.º 18 em 09/07/1981.**

Nesse sentido a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte: STJ, 5ª Turma, Resp 494618, Rel. Laurita Vaz, j. 15/04/2003, DJ 02/06/2003, p. 342; STJ, 6ª Turma, Resp n.º 182120, Rel. Min. Fernando Gonçalves, j. 16/03/2000, DJ 10/04/2000, p. 133; TRF/4ª Região, 6ª Turma, AMS n.º 2001.04.01.084776-9/PR, Rel. Des. Federal Tadaqui Hirose, julgado em 07/08/2003, DJU 03/09/2003.

**No caso dos autos, todavia, pretende-se aproveitamento privilegiado de tempo como professora, mediante contagem recíproca, junto ao RGPS. Tal possibilidade, todavia, tem sido negada pelo Supremo Tribunal Federal,** entende a Corte Excelsa que **no caso do professor servidor público, o tempo respectivo só pode ser aproveitado para a concessão do benefício nos termos expressamente previstos na Constituição Federal, de modo que vedado o aproveitamento privilegiado para fins de concessão de benefício diverso.** Seguem precedentes nesse sentido:

(...)

**Deve ser reformada a sentença no ponto.**

(...)

Quanto aos honorários advocatícios, pois, é de ser reformada a r. sentença, a fim de que os honorários sejam fixados em 10% sobre o valor da condenação, excluídas, no entanto, as parcelas vincendas, considerando como tais as vencidas após a prolação da sentença,



provendo-se parcialmente a remessa oficial.

(...)

DISPOSITIVO

Diante do exposto, voto no sentido de **dar parcial provimento à apelação e à remessa oficial**, nos termos da fundamentação" (fls. 200/226e).

Destaco, de plano, que a parte recorrente não indicou, de forma clara e individualizada, como lhe competia, os dispositivos dos Decretos nº 53.831/64, nº 83.080/79, nº 357/1991, nº 611/92 e nº 3.048/99, que porventura tenham sido malferidos pelo Tribunal de origem, o que caracteriza ausência de técnica própria indispensável à apreciação do Recurso Especial.

Nos termos da jurisprudência desta Corte, o conhecimento do Recurso Especial exige a indicação, de forma clara e individualizada, de qual dispositivo legal teria sido violado ou objeto de interpretação divergente, sob pena de **incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal**. Assim, seja pela alínea **a**, seja pela alínea **c** do permissivo constitucional, é necessária a indicação do dispositivo legal tido como violado ou em relação ao qual teria sido dada interpretação divergente.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. NÃO RECONHECIMENTO DO TEMPO ESPECIAL. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO.

1. Não se conhece da alegação de dissídio jurisprudencial se a parte não informa em relação à aplicação de qual dispositivo legal este teria se estabelecido. "É imprescindível a indicação expressa do dispositivo de lei tido por violado para o conhecimento do recurso especial, quer tenha sido interposto pela alínea **a** quer pela **c**" (AgRg nos EREsp 382.756/SC, Rel. Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, DJe 17/12/2009).

2. O Tribunal de origem, soberano na análise dos fatos, concluiu que "o Autor não possui o tempo mínimo requerido de serviço especial necessário à obtenção do benefício previdenciário de aposentadoria especial, levando em consideração que, uma vez desconsiderado o período de 23.05.1983 a 02.09.1983, o qual, conforme demonstrado no presente voto, não pode ser enquadrado como tempo de serviço especial, o segurado não implementaria o tempo mínimo de 25 anos de serviço especial exigido, conforme a tabela apresentada na r. sentença

às fls. 358" (fl. 469, e-STJ). A revisão desse entendimento, nos termos apresentados pelo recorrente, esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ.

3. Recurso Especial não conhecido" (STJ, RESP 1.656.502/ES, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/05/2017).

**"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. VIOLAÇÃO DE SÚMULA. NÃO ENQUADRAMENTO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE DISPOSITIVO DE LEI SOBRE O QUAL SE ALEGA INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF.**

(...)

3. **A Corte Especial, nos autos do REsp 1.346.588/DF, decidiu que é inviável a análise de recurso especial interposto pela alínea "c" do permissivo constitucional que não indica, com clareza e precisão, os dispositivos de lei federal em relação aos quais haveria dissídio jurisprudencial. Incidência da Súmula 284/STF.** Precedentes: AgRg no REsp 1.346.588/DF, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe 17/3/2014; AgRg no AREsp 244.306/MG, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 6/2/2013; AgRg no AREsp 244.890/PA, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 13/11/2013; AgRg no AREsp 405.625/MS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 7/5/2014.

4. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 775.731/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 21/06/2016).

**"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO COM FUNDAMENTO NA ALÍNEA "C". AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO VIOLADO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF.**

1. **"É imprescindível a indicação expressa do dispositivo de lei tido por violado para o conhecimento do recurso especial, quer tenha sido interposto pela alínea a quer pela c."** (AgRg nos EREsp 382.756/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/11/2009, DJe 17/12/2009.).

2. A apresentação tardia da indicação do dispositivo de lei que entende violado, quando não apontado no recurso especial, representa

inovação vedada no âmbito do agravo regimental.

Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no AREsp 864.540/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 15/04/2016).

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. A alegação de ofensa a dispositivos legais que não foram arrolados no recurso especial constitui indevida inovação recursal, inviabilizando o exame da tese em sede de agravo interno. 2. Não há falar em omissão e, por conseguinte, em contrariedade ao art. 535 do CPC/1973, pois o julgamento da lide apenas se deu de forma contrária aos interesses da parte.

**3. A admissibilidade do recurso especial exige a clareza na indicação dos dispositivos de lei federal supostamente contrariados, bem como a explanação precisa da medida em que o acórdão recorrido teria afrontado cada um desses artigos, sob pena de incidência da Súmula nº 284 do STF.**

(...)

8. Primeiro agravo interno desprovido. Segundo agravo interno não conhecido, por força da preclusão consumativa" (STJ, AgInt no REsp 1.628.949/PI, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 07/03/2018).

Não obstante, as razões da recorrente, verifica-se, do cotejo das razões recursais e dos fundamentos do acórdão que o Tribunal de origem não emitiu pronunciamento acerca da alegação de que "conforme Lei federal, ao menos o período até 1995 deve ser considerado como especial, com direito a conversão, por expressa previsão na norma aplicável". E que "os tribunais pátrios têm decidido pela especialidade do tempo de contribuição como professor e lhe garantido, inclusive, a possibilidade de conversão com o adicional de 20% (para mulheres) quando da sua soma para o tempo comum, como podemos observar em diversas" (fl. 407e).

Desse modo, em não havendo sido apreciadas as alegações suscitadas, à luz dos dispositivos tidos por violados, deveria a parte ter oposto Embargos Declaratórios no Tribunal de origem. Persistindo a omissão, a parte recorrente deveria vincular a interposição do Recurso Especial à violação ao art. 1022 do CPC/2015 e, não, insistir na tese recursal. **Incide, assim, por analogia, o óbice da Súmula 282 do STF.**

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, nos termos do regramento vigente à data da interposição do Recurso Especial, não basta que a parte recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal. É necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não, ao caso concreto.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 557, § 1º, DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. SÚMULAS 282, 356 E 284 DO STF.

1. Não há de se falar de violação do art. 557, § 1º, do CPC/73 quando o colegiado mantém a decisão por não haver comprovação de efetivo prejuízo da parte.

**2. As matérias referentes aos dispositivos tidos por contrariados não foram objeto de análise pelo Tribunal de origem. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado, consoante o que preceituam as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.**

3. A admissibilidade do recurso especial reclama a indicação clara dos dispositivos tidos como violados, bem como a exposição das razões pelas quais o acórdão teria afrontado a cada um deles, não sendo suficiente a mera alegação genérica. Dessa forma, o inconformismo se apresenta deficiente quanto à fundamentação, o que impede a exata compreensão da controvérsia (Súmula 284/STF).

4. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 461.849/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/05/2017).

Outrossim, do exame do excerto supratranscrito, verifica-se que o Tribunal **a quo** asseverou que "com a promulgação da Emenda Constitucional nº 18/81, os critérios para a aposentadoria especial dos professores passaram a ser fixados pela própria Constituição Federal, acabando por revogar, assim, as disposições do Decreto nº 53.831/64. Gize-se, não houve alteração nesse panorama com o advento do Decreto nº 611/92, que em seu artigo 292 previu: 'Para efeito de concessão das aposentadorias especiais serão considerados os Anexos I e II do Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, aprovado pelo

Decreto nº 83.080, de 24 de janeiro de 1979, e o Anexo do Decreto nº 53.831, de 25 de março de 1964, até que seja promulgada a lei que disporá sobre as atividades prejudiciais à saúde e à integridade física'. Isso porque, quanto à atividade de professor relativamente à concessão de aposentadoria especial, deve prevalecer o preceito constitucional, de superior hierarquia, não havendo de se falar em repristinação no tópico. Na vigência da Emenda Constitucional n.º 18/81 e nas alterações constitucionais posteriores, a atividade de professor possui tempo diferenciado de aposentadoria, que não se confunde mais, porém, com a atividade especial/insalubre. A atual Constituição Federal não modificou esse quadro, exigindo, seja na redação original, seja com as modificações da EC nº 20/98, 30/25 anos para a aposentadoria de professor, a serem integralmente cumpridos nessa condição, restando como impossível a sua conversão para atividade comum (art. 201, 7º, I e 8º). Sendo assim, como o enquadramento das atividades por insalubridade (agentes nocivos), penosidade ou periculosidade, deve ser feito conforme a legislação vigente à época da prestação laboral, mediante os meios de prova legalmente então exigidos, é possível, em tese, reconhecer aos segurados a atividade especial de professor apenas até 08/07/1981, em face da publicação da Emenda Constitucional nº 18 em 09/07/1981" (fls. 209/210e).

A recorrente, no entanto, no Recurso Especial, não cuidou de impugnar o acórdão quanto à afirmação acima demonstrada.

Registre-se que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto do **decisum** contra o qual se insurge, refutando todos os óbices por ele levantados, sob pena de vê-lo mantido.

Logo, sendo o fundamento suficiente para manter o julgado, fica inviabilizado o Recurso. A esse respeito, aplicável, por analogia, a **Súmula 283/STF**, que assim dispõe:

"É INADMISSÍVEL O RECURSO EXTRAORDINÁRIO, QUANDO A DECISÃO RECORRIDA ASSENTA EM MAIS DE UM FUNDAMENTO SUFICIENTE E O RECURSO NÃO ABRANGE TODOS ELES".

Ademais, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus da parte recorrente expor, de forma clara e precisa, a motivação ou as razões de fato e de direito de seu inconformismo, **impugnando os fundamentos da decisão recorrida**, de forma a amparar a pretensão recursal deduzida, requisito essencial à delimitação da matéria impugnada e consequente predeterminação da extensão e profundidade do efeito devolutivo do recurso interposto, bem como à possibilidade do exercício efetivo do contraditório. Não basta repetir as razões já expendidas, seja na petição inicial, seja no recurso anterior, ou limitar-se a infirmar, genericamente, o **decisum**. **É preciso que o Recurso Especial impugne, dialogue, combata, enfim, demonstre o desacerto do que restou decidido.**

A propósito, a lição de NÉLSON NERY JR (in Princípios Fundamentais -

Teoria Geral dos Recursos, 2ª ed., Revista dos Tribunais, p. 154), **in verbis**:

"Entendemos que a exposição dos motivos de fato e de direito que ensejaram a interposição do recurso e o pedido de nova decisão em sentido contrário à recorrida, são requisitos essenciais e, portanto, obrigatórios. A inexistência das razões ou de pedido de nova decisão acarreta juízo de admissibilidade negativo: o recurso não é conhecido. (...) Vige, no tocante aos recursos, o princípio da dialeticidade (...). Segundo esse princípio, o recurso deverá ser dialético, discursivo. O recorrente deverá declinar o porque do pedido de reexame da decisão. (...) O procedimento recursal é semelhante ao inaugural de uma ação civil. A petição de recurso é assemelhável à peça inaugural, devendo, pois, conter os fundamentos de fato e de direito e o pedido. Tanto é assim, que já se afirmou ser causa de inépcia a interposição de recurso sem motivação. (...) O recurso se compõe de duas partes distintas sob o aspecto de conteúdo: a) declaração expressa sobre a insatisfação com a decisão (elemento volitivo); b) os motivos dessa insatisfação (elemento de razão ou descritivo). Sem a vontade de recorrer não há recurso. Essa vontade deve manifestar-se de forma inequívoca, sob pena de não conhecimento. **Não basta somente a vontade de recorrer, sendo imprescindível a dedução das razões (descrição) pelas quais se pede novo pronunciamento jurisdicional sobre a questão objeto do recurso. As razões do recurso são elemento indispensável para que o tribunal, ao qual se o dirige, possa julgá-lo, ponderando-as em confronto com os motivos da decisão recorrida que lhe embasaram a parte dispositiva**".

No mais, o acórdão hostilizado, ao consignar que "na vigência da Emenda Constitucional n.º 18/81 e nas alterações constitucionais posteriores, a atividade de professor possui tempo diferenciado de aposentadoria, que não se confunde mais, porém, com a atividade especial/insalubre. A atual Constituição Federal não modificou esse quadro, exigindo, seja na redação original, seja com as modificações da EC nº 20/98, 30/25 anos para a aposentadoria de professor, a serem integralmente cumpridos nessa condição, restando como impossível a sua conversão para atividade comum (art. 201, 7º, I e 8º)" (fl. 210e), tem fundamento constitucional não impugnado mediante Recurso Extraordinário, o que atrai a incidência da **Súmula 126 do STJ**, segundo a qual "é inadmissível Recurso Especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta Recurso Extraordinário".

Neste sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. SERVIDOR PÚBLICO. DOENÇA OCUPACIONAL. PENSÃO MENSAL AFASTADA. ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDADO EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 126/STJ. DANO MATERIAL. REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Não há violação dos arts. 489, § 1º, VI, e 1.022, parágrafo único, II, do CPC de 2015, pois há fundamentação suficiente para amparar o acórdão recorrido.

2. **Firmado o acórdão recorrido em fundamentos constitucional e infraconstitucional, cada um suficiente, por si só, para manter inalterada a decisão, é ônus da parte recorrente a interposição tanto do Recurso Especial quanto do Recurso Extraordinário, ocasionando a preclusão de uma das questões e o consequente não conhecimento do recurso. Aplicação da Súmula 126 do STJ.**

3. O Tribunal de origem, com base nas provas existentes, entendeu não haver comprovação do dano material. A inversão do julgado nos moldes pretendidos pela recorrente demanda revolvimento das provas, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido" (STJ, REsp 1.707.574/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência,

# *Superior Tribunal de Justiça*

nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

I.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora